

EDITAL Nº 16/2026 - PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO (JFPE)

PADRÃO DEFINITIVO DA QUESTÃO DISCURSIVA

Recife, junho de 2026

CURSO: ADMINISTRAÇÃO.

TEMA: INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO.

A inovação na Administração Pública tem se consolidado como instrumento essencial para a modernização do Estado e para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população. Em um cenário marcado pelo avanço tecnológico e pela crescente demanda por eficiência, torna-se indispensável que os órgãos públicos adotem práticas inovadoras capazes de atender às necessidades dos cidadãos de forma mais ágil e transparente.

Nesse contexto, a transformação digital representa uma das principais ferramentas de inovação. A implantação de sistemas eletrônicos, plataformas de atendimento online e processos automatizados contribui para a redução da burocracia, a otimização dos recursos públicos e a ampliação do acesso aos serviços governamentais. Além disso, a utilização de tecnologias da informação favorece a transparência administrativa e fortalece os mecanismos de controle social.

Entretanto, a implementação da inovação no setor público enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a limitação de recursos financeiros, a necessidade de capacitação contínua dos servidores e a resistência a mudanças organizacionais. Tais obstáculos exigem planejamento estratégico, investimento em infraestrutura tecnológica e o comprometimento dos gestores públicos com uma cultura voltada para resultados.

Por outro lado, as perspectivas são promissoras. A adoção de soluções inovadoras pode elevar a eficiência da gestão pública, aprimorar a prestação dos serviços e fortalecer a confiança da sociedade nas instituições governamentais. Dessa forma, a inovação deve ser compreendida não apenas como uma opção administrativa, mas como um requisito fundamental para a construção de uma Administração Pública mais eficiente, acessível e alinhada aos interesses da coletividade.

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

TEMA: A IMPORTÂNCIA DA CONFIABILIDADE DOS DADOS NA APURAÇÃO DE RESULTADOS E NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

A confiabilidade dos dados contábeis constitui um dos pilares fundamentais para a adequada apuração dos resultados e para a elaboração das demonstrações financeiras de uma entidade. Em um ambiente econômico cada vez mais complexo e competitivo, a qualidade das informações contábeis é indispensável para a tomada de decisões por gestores, investidores, órgãos de controle e demais usuários da informação.

Nesse contexto, dados confiáveis permitem que as demonstrações financeiras reflitam, com fidedignidade, a situação patrimonial, financeira e econômica da organização. A correta mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas contribui para a transparência das informações e para a avaliação precisa do desempenho empresarial. Além disso, a observância dos princípios contábeis e das normas vigentes fortalece a credibilidade dos relatórios produzidos.

Por outro lado, informações inconsistentes ou incompletas podem gerar distorções relevantes nos resultados apurados, comprometendo a análise financeira e ocasionando decisões equivocadas. Erros nos registros contábeis, falhas nos controles internos ou deficiências nos processos de coleta e tratamento dos dados podem afetar significativamente a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as organizações invistam em controles internos eficazes, sistemas de informação adequados e capacitação contínua dos profissionais da área contábil. Tais medidas contribuem para a integridade, precisão e tempestividade dos registros realizados.

Portanto, a confiabilidade dos dados representa requisito indispensável para a qualidade da informação contábil, assegurando transparência, segurança e suporte adequado ao processo decisório, além de fortalecer a confiança dos usuários nas demonstrações financeiras divulgadas pelas entidades.

CURSOS: COMPUTAÇÃO / TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / DESENVOLVIMENTO.

TEMA: A IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA NA INTERNET NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.

A crescente digitalização dos serviços públicos tem ampliado significativamente a dependência dos órgãos governamentais em relação às tecnologias da informação e à internet. Nesse cenário, a adoção de boas práticas de segurança digital torna-se medida imprescindível para garantir a proteção de dados, a continuidade dos serviços e a preservação da confiança da sociedade nas instituições públicas.

As boas práticas de segurança da informação envolvem um conjunto de procedimentos, políticas e tecnologias voltadas à proteção dos sistemas contra acessos não autorizados, vazamentos de dados e ataques cibernéticos. Entre essas práticas, destacam-se a utilização de senhas seguras, a autenticação em múltiplos fatores, a atualização constante de sistemas e a capacitação dos servidores públicos quanto aos riscos virtuais.

No âmbito dos órgãos públicos, a relevância dessas medidas é ainda maior, uma vez que tais instituições lidam diariamente com informações sensíveis de cidadãos, como dados pessoais, fiscais e administrativos. A ausência de mecanismos adequados de segurança pode resultar em prejuízos significativos, como fraudes, interrupção de serviços essenciais e violação da privacidade dos usuários.

Além disso, a implementação de políticas de segurança digital contribui para o fortalecimento da governança pública e para o cumprimento de legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece diretrizes para o tratamento adequado de informações pessoais.

Portanto, a adoção de boas práticas de segurança na internet no âmbito dos órgãos públicos é fundamental para assegurar a integridade dos sistemas, a proteção dos dados e a eficiência dos serviços prestados à população, consolidando um ambiente digital mais seguro, confiável e alinhado ao interesse público.

CURSO: DESIGN

TEMA: A IMPORTÂNCIA DO BRIEFING E DA COMUNICAÇÃO COM O CLIENTE PARA A QUALIDADE E O SUCESSO DE PROJETOS DE DESIGN.

A qualidade e o sucesso de projetos de design estão diretamente relacionados à adequada compreensão das necessidades do cliente e à eficiente comunicação entre as partes envolvidas. Nesse contexto, o briefing desempenha papel essencial como instrumento inicial de planejamento, sendo responsável por reunir informações fundamentais para a condução do projeto.

O briefing consiste em um documento ou conjunto de diretrizes que descreve objetivos, público-alvo, preferências estéticas, limitações técnicas e expectativas do cliente. Quando elaborado de forma clara e detalhada, ele reduz significativamente a ocorrência de falhas interpretativas, retrabalho e desperdício de recursos, contribuindo para maior eficiência no processo criativo.

Paralelamente, a comunicação contínua com o cliente ao longo do desenvolvimento do projeto é indispensável para assegurar o alinhamento das entregas com as expectativas inicialmente estabelecidas. A troca constante de informações permite ajustes oportunos, validações progressivas e maior assertividade nas decisões de design.

Por outro lado, a ausência de um briefing bem estruturado e de uma comunicação eficaz pode resultar em projetos desalinhados com as reais necessidades do cliente, comprometendo prazos, custos e a qualidade do produto final. Tal cenário evidencia a importância do planejamento prévio e da interação constante como fatores determinantes para o sucesso do projeto.

Portanto, o briefing e a comunicação com o cliente constituem elementos estruturantes e imprescindíveis ao processo de design, assegurando organização, clareza e eficiência metodológica, bem como contribuindo de forma determinante para a concepção e entrega de soluções mais adequadas, funcionais e plenamente satisfatórias às necessidades e expectativas do contratante.

CURSO: DIREITO.

TEMA: A RELAÇÃO ENTRE A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS E SOCIAIS E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

A disseminação do conhecimento acerca dos direitos e deveres individuais, coletivos e sociais desempenha papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, participativa e equilibrada. Ao compreenderem seus direitos, os cidadãos tornam-se mais aptos a exigir sua efetivação, enquanto o conhecimento dos deveres contribui para o fortalecimento da convivência social e do respeito às normas vigentes.

Nesse contexto, a educação em direitos humanos e cidadania revela-se instrumento essencial para a promoção da consciência social. A difusão dessas informações possibilita maior participação popular nos processos democráticos, bem como o acesso mais efetivo a políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e assistência social.

Além disso, o conhecimento sobre direitos individuais e coletivos fortalece mecanismos de controle social, permitindo que a população fiscalize a atuação do poder público e contribua para a melhoria da gestão estatal. Tal processo contribui diretamente para o aprimoramento das instituições e para a redução de desigualdades sociais.

Por outro lado, a ausência de informação adequada pode resultar em exclusão social, dificuldade de acesso a serviços básicos e fragilidade na defesa de garantias fundamentais. Assim, torna-se evidente a importância de políticas públicas voltadas à educação cidadã e à ampliação do acesso à informação.

Portanto, a disseminação do conhecimento sobre direitos e deveres é elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida da população, na medida em que fortalece a cidadania, promove a justiça social e contribui para a construção de uma sociedade mais consciente, participativa e igualitária.

CURSO: JORNALISMO

TEMA: A IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DE REGRAS CLARAS PARA A COMUNICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS.

O avanço das tecnologias digitais e a ampla utilização das redes sociais transformaram profundamente a forma de comunicação na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o estabelecimento de regras claras para o uso dessas plataformas torna-se fundamental para assegurar um ambiente virtual mais seguro, responsável e respeitoso entre os usuários.

As redes sociais, embora representem importante meio de interação e difusão de informações, também são espaços suscetíveis à disseminação de conteúdos inadequados, como discursos de ódio, desinformação e ofensas pessoais. Diante disso, a definição de normas de conduta contribui para a organização do ambiente digital e para a prevenção de conflitos, promovendo o uso consciente dessas ferramentas.

Além disso, regras bem estruturadas de comunicação auxiliam na proteção de direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a honra e a privacidade. Tais normas também orientam a atuação de usuários e plataformas na identificação e no combate a comportamentos abusivos, fortalecendo a responsabilidade no uso da internet.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel educativo dessas diretrizes, que contribuem para a formação de uma cultura digital mais ética e colaborativa. A clareza das regras permite que os usuários compreendam os limites da liberdade de expressão, evitando excessos e promovendo o respeito mútuo.

Portanto, o estabelecimento de regras claras para a comunicação nas redes sociais é essencial para garantir um ambiente virtual mais equilibrado, seguro e democrático, no qual a liberdade de expressão possa ser exercida de forma responsável e compatível com os direitos dos demais usuários.